

# Bichos-papões da campanha, ajuste fiscal e privatização viram realidade

Herança de gastos elevados deixada por Lula provoca corte de R\$ 50 bi

Regina Alvarez

● BRASÍLIA. Durante a campanha, a então candidata Dilma Rousseff prometeu que não faria ajuste fiscal “em hipótese alguma” e classificou de factóides as notícias de que promoveria corte nas despesas do Orçamento já no começo de sua gestão. Eleita, rendeu-se à receita clássica, classificada por militantes do PT como “plataforma da direita”.

No combate à inflação, o fantasma que voltou a assombrar o país este ano, Dilma adotou medidas que os petistas vinculavam à oposição no auge da campanha eleitoral: corte nos gastos públicos, suspensão dos concursos e nomeações. O estilo firme e pragmático da presidente na tomada de decisões é elogiado por analistas, mas há dúvidas em relação à condução da política econômica e à capacidade do governo de controlar a inflação.

No começo de fevereiro, a presidente determinou um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União, que atingiu, inclusive, o programa Minha Casa Minha Vida, uma das vitrines do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse receituário amargo decorre, em boa parte, da farras de gastos do governo Lula no ano eleitoral, que contribuiu para aquecer a economia em níveis muito acima dos sustentáveis.

A combinação de demanda aquecida — pelos gastos do setor público, além do aumento da renda e emprego — com o choque nos preços das commodities (petróleo, minério de ferro, açúcar e soja) no mercado externo afetou os preços internos e as expectativas para a inflação futura, herança que Dilma terá que administrar.

## Divergências não são toleradas

● Todos os sinais são de que a presidente comanda a política econômica com mão de ferro e não tolera divergências na equipe, diferentemente do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em certo sentido, até estimulava o antagonismo no grupo. Recentemente, Dilma usou um veículo especializado, o jornal “Valor Econômico”, para defender a política gradualista do Banco Central no combate à inflação. Mas não convenceu ainda o mercado, que cobra uma política mais arrojada e um choque de juro a curto prazo para trazer a inflação ao centro da meta o mais rapidamente possível.

O economista Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC e atual chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), vê com preocupação a escalada da inflação, mas acha que o governo Dilma começou

bem, sem grandes surpresas. Para ele, isso reforçou a credibilidade do país:

— Vejo os primeiros cem dias sem marolas. (*O governo Dilma*) vem tocando a economia de maneira pragmática — afirma.

Falta, na opinião do economista, enxergar como a economia vai ficar mais à frente, já que o país continua a surfar na onda favorável que começou após a crise de 2009:

— Não há certeza da correção do rumo, não se tem histórico para saber o *timing* das medidas adotadas pelo Banco Central, quando produzirão efeitos. Ainda estamos vivendo em mar calmo, mas precisamos nos preparar para um mar revoltoso mais à frente — afirma o ex-diretor do BC.

Na opinião do economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, o destaque positivo do governo Dilma é a política adotada para o setor aeroportuário, com promessa de uma gestão profissional completamente diferente da anterior:

— A grande novidade nestes cem dias é a mudança na área aeroportuária. Nota 10. Para quem não estava esperando nada, ver isso é um grande negócio — afirma.

O economista não vê grandes avanços na área fiscal e considera os cortes de gastos anunciados em fevereiro insuficientes para resolver o problema do Orçamento, engessado por despesas obrigatórias.

— Nenhuma medida foi adotada para mudar a rigidez do gasto. E a regra do salário mínimo foi consolidada. Se estava ruim, vai continuar ruim — diz Velloso.

Para a professora Margarida Gutierrez, do grupo de Conjuntura Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), embora não exista fato que desacredite o governo Dilma neste período, o balanço dos cem dias traz indagações:

— Será que o Banco Central terá autonomia suficiente no combate à inflação? A disciplina fiscal que conseguimos a duras penas será mantida? Parece que o BC está indo na direção de um câmbio menos flutuante, mais administrado. Será? — pergunta.

Gutierrez considera que ainda é cedo para afirmar que o BC será leniente com a inflação, mas chama a atenção para o discurso “de aceitar um pouquinho mais de inflação”. E vê o risco de mudanças importantes na política econômica.

Já o economista Antonio Corrêa de Lacerda, do Departamen-

to de Economia da PUC-SP, elogia a condução da economia:

— Ao contrário das críticas do mercado financeiro, a gestão macroeconômica vai muito bem. Há excelente entrosamento entre Fazenda e o Banco Central. Não estão se deixando levar pelas pressões do mercado, não fizeram ajuste fiscal maior que o necessário, nem aumento de juros desproporcional.

Nestes três meses de governo, Dilma viu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ocupar a mídia pela agenda negativa. Conflitos entre trabalhadores e grandes empreiteiras, greves nos canteiros de Jirau e Santo Antonio, as megahidrelétricas do Rio Madeira.

O governo resolveu intermediar uma negociação para acabar com as greves e resolver os conflitos. Internamente, a avaliação é que esses episódios decorrem de falha de gestão, que negligenciou aspecto importante: a relação entre os operários e as construtoras. ■

André Coelho/28-2-2011



MIRIAM BELCHIOR e Mantega: ministros da área econômica, que a presidente Dilma conduz com mão de ferro

“

*Ainda estamos vivendo em mar calmo, mas precisamos nos preparar para um mar revolto mais à frente*

Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC